

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. Stepan Nercessian)

*Requer informações ao Ministro da Educação
sobre o Programa Nacional de Tecnologia
Educacional (Proinfo)*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao **Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação** sobre que providências estão sendo tomadas, para que sejam sanadas as falhas na execução do Programa Nacional de Tecnologia Educacional do Ministério da Educação (Proinfo).

Essas falhas foram constatadas por uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) no período em que o atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, comandou a pasta, Nesse sentido, a CGU, demonstra que o MEC desperdiçou recursos e negligenciou as ações do Proinfo, que tem como finalidade levar às escolas públicas computadores e recursos digitais. Os auditores da CGU constataram que, dos 56,5 mil equipamentos que deveriam ter sido entregues apenas 12,6 mil estavam em operação nas escolas.

Para os auditores do CGU a falta de infraestrutura nas escolas é a principal razão para o não cumprimento das metas do referido programa no período de 2007 a 2010, Segundo a CGU, dos 56 mil laboratórios de informática que deveriam ser entregues no período, pouco mais de 12 mil não foram instalados e 27 mil, ou seja, menos da metade, encontram-se em funcionamento.

O relatório também aponta que a falta de capacitação de professores e técnicos, que deveria ser oferecida pelo Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), é uma falha que atinge mais de 15,3 mil laboratórios. Os auditores ainda encontraram problemas na estrutura física dos laboratórios, como goteiras, mofo, infiltrações, rachaduras, além de instalações elétricas irregulares.

Portanto, a partir dessas considerações, queremos demarcar o terreno de nossas preocupações, para averiguar, a partir desses fatos, alguns questionamentos que foram surgindo, advindos da leitura do referido relatório da CGU sobre a problemática apontada:

1. O que o MEC tem feito para auxiliar as escolas selecionadas para receberem os equipamentos de informática, que não conseguem disponibilizar em tempo a infraestrutura adequada para receber os computadores.
2. Quais são as barreiras e/ou dificuldades apontados pelos professores para a utilização dos laboratórios de informática;
3. O que tem sido feito pelo MEC para auxiliar estados e municípios na capacitação didática e tecnológica do professor;
4. Quais os motivos que levam um programa educacional como o Proinfo que deveria promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio, ser implementado de forma pulverizada e descontínua;
5. O que o MEC tem feito para auxiliar estados e municípios que apresentam fragilidades nos controles da gestão; uma vez que as instalações de laboratórios de informática são insuficientes e a formação do professor é precária;

JUSTIFICAÇÃO

Lançado no Brasil, em 1996, o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), teve como justificativas: a possibilidade de alteração na condução das pesquisas e construção dos conhecimentos; a utilização de novos métodos de produção industrial; novas formas de pensar, trabalhar, viver e conviver no mundo atual, o que muito modificaria as instituições educacionais e outras corporações.

A essas justificativas foram acrescidas o discurso de que o conhecimento é a matéria-prima das economias modernas e que as alterações que a evolução tecnológica vem causando nas relações de trabalho, têm exigido um novo posicionamento da educação, sendo necessário preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada num modelo digital explorado de forma interativa.

Entretanto, conforme pudemos observar em decorrência das notícias recentemente veiculadas pela imprensa nacional, tal discurso não se mostra verdadeiro, já que verificamos por meio do Relatório de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) que o Ministério da Educação, durante a gestão do hoje prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, desperdiçou recursos e negligenciou sua principal ação para inclusão digital.

De acordo com o documento, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), a pasta de Haddad se comprometeu a dotar as escolas públicas de laboratórios de informática, mas os auditores constataram que 12.600 dos 56.500 equipamentos entregues estavam guardados em caixas há três anos.

Ainda segundo a CGU, em 15.300 laboratórios atendidos pelo governo, os professores não tinham capacitação para operar as máquinas nem para ensinar a usá-las; em 18.000 não havia treinamento em informática ou os espaços serviam para atividades distintas. Nesse sentido, a CGU

responsabilizou o MEC por não fiscalizar e acompanhar a execução do programa.

Diante do exposto, em face da relevância nacional e regional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação.

Sala das Sessões, março de 2013.

Deputado STEPAN NERCESSIAN
PPS/RJ